

Grupos contam forças para votação da reforma agrária

Janio de Freitas

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

Os militares e o mandato

Menos de 48 horas depois de divulgado, o claro e ostensivo recado do ministro do Exército à Constituinte, segundo o qual os militares não concordam com quatro anos de mandato para o presidente Sarney, recebeu a carga frontal de uma discordância proveniente da tropa e expressa, na Festa da Cavalaria, por outro general de Exército, Edison Boscacci Guedes, comandante militar do Sul.

Até onde se saiba, não há situação de confronto de comandantes nem, muito menos, traços preliminares de algo mais amplo. No limite das informações disponíveis, trata-se tão só de divergência, mesmo. Mas, se já expressiva por si, é ainda mais importante por retratar, sem sombreados, a impropriedade de um quadro que confunde as opiniões ministeriais em matéria política com as posturas da oficialidade em geral. E, pior ainda, o faz com tal ênfase e com tais componentes de arrogância que, no final, a opinião ministerial soa na sociedade como tradução de propósitos ameaçadores dos militares em geral.

Na qualidade de comandante do mais forte dos exércitos regionais, o general Boscacci Guedes considera "não haver problema em convocar-se eleições presidenciais para 88", porque "o mandato do presidente Sarney será o determinado pela nova Constituição". E "a nova Constituição é para ser respeitada por todos" — leia-se: também pelo presidente, também pelos ministros militares, também pelos militares em geral.

Em artigo aqui publicado há poucos dias — depois de proveitosa abstinência de artigos sobre esta área — informava-se que a inexistência de levantamentos precisos não impedia de assegurar que a opinião majoritária na oficialidade, a respeito do governo e do mandato de Sarney, não se distinguia da opinião fartamente majoritária entre os civis. O general Boscacci Guedes não entra nas motivações que o moveram a dissentir, de imediato e de público, do general Leônidas Pires Gonçalves. Não tem, de fato, por que o fazer, nem, sobretudo, precisaria fazê-lo para realçar o significado de sua manifestação. Dela, o mínimo a considerar

já é de nitidez suficiente: estender à oficialidade a recusa peremptória ao mandato de quatro anos pode ser considerado como ato político, mas não é ato que reflita a realidade.

Ao que se pode acrescentar, por conta própria mas com base em indicadores já muito testados, que a idéia de mandato de quatro anos não desperta radicalismos majoritários nem no grupo mais reduzido da oficialidade, que é o círculo dos comandos.

Neste como no conjunto maior, aliás, a Constituinte inspirou dois sentimentos perceptivelmente culminantes. Primeiro, o da moralidade ferida pelas evidências de que as decisões sobre sistema de governo e mandato dos presidentes foram influenciadas por fatores degradantes. O outro é o de certa recuperação da Constituinte com as decisões até a semana passada adotadas no que respeita à Ordem Econômica.

Por força da exacerbação do conceito de hierarquia e de sua prática, ministros militares se têm permitido, ao longo do tempo, falar em nome dos militares em geral mesmo quando tratam de questão apenas política. Mesmo, portanto, quando os inspiram injunções pessoais. Muito da fragilidade institucional brasileira advém daí, porque, à falta de verificação, as palavras, ao serem interpretadas pelos políticos ganham valor absoluto, quando o têm, de fato, não mais do que relativo.

No caso presente, mais uma vez as palavras do ministro do Exército estão destinadas a produzir efeitos previsíveis, até porque serão exploradas por aqueles a quem beneficiam. Mas não há sequer o mais mínimo elemento capaz de autorizar, caso não haja transbordamentos sociais imprevisíveis, a hipótese de que pudessem passar de palavras a fatos, na remotíssima eventualidade de que a Constituinte determinasse quatro anos de mandato para Sarney. Intervenção de tal natureza não teria como fazer-se pela metade. E para a intervenção total não há, por certo, a unidade necessária: a idéia de profissionalização dos militares, embora deteriorada pela transição sarneyziana, ainda tem adesão numerosa. E —uff!— tranquilizadora.

Planalto não vai interferir na votação, afirma Sant'Anna

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse ontem que o governo não tem nenhuma estratégia para a votação hoje do capítulo da política agrícola e da reforma agrária. Mas, pessoalmente, disse que irá defender a retirada da expressão contida no parágrafo único do artigo 219 — que permite a desapropriação da propriedade produtiva, no caso de descumprimento de algum requisito definido pela função social. Ele disse que os parlamentares que integram o Centrão devem votar em bloco os destaques com o parecer do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

As afirmações do líder do governo foram feitas ao deixar o Palácio da Alvorada na manhã de ontem. Sant'Anna disse também que o presidente José Sarney terá seu mandato fixado em cinco anos, nas Disposições Transitórias, por 320 votos (40 a mais que o quórum mínimo para aprovação de matéria

constitucional). A mesma avaliação foi feita pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, ao deixar o Palácio da Alvorada.

Tanto Sant'Anna quanto Lourenço acreditam que na votação do mandato de Sarney o Congresso constituinte repetirá o mesmo resultado alcançado na definição do sistema de governo e mandato dos futuros presidentes. Lourenço disse que informou ao presidente que a tendência dos parlamentares é favorável ao mandato de cinco anos.

Sant'Anna disse que preferiu avaliar com Sarney as possibilidades da vitória. Segundo ele, os 304 parlamentares que votaram favoráveis a um mandato de cinco anos para os futuros presidentes não mudaram de posição. Na votação realizada no último dia 22 de março, 29 constituintes estiveram ausentes. Destes, Sant'Anna garante que 16 são afinados às teses do governo. Desta forma, nas Disposições Transitórias, o "resultado não poderá ser outro que não seja 320 votos em favor dos cinco anos".



Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo no Congresso constituinte



Os "agroboys" e "agrogirls", integrantes da UDR Jovem, em frente ao prédio do Congresso Nacional

"Agroboys" respeitam tradições e fazem lobby pelas terras dos pais

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA
Da Sucursal de Brasília

Os "agroboys", os aguerridos militantes da UDR Jovem que estão fazendo os constituintes de esquerda saírem do sério em Brasília, no lobby corpo-a-corpo contra uma reforma agrária mais ampla, são, definitivamente, da "geração saúde", como eles mesmo se rotulam. Não fumam, não tomam drogas, respeitam os pais e são contra o aborto (embora defendam a legalização).

Esse é o perfil de seis coordenadores da ala jovem da entidade, "criados na barra da calça do pai", como disse Marcos Barbosa Bravo, 29 ("já meio velho"), da UDR da Grande São Paulo. Politicamente "de centro", eles estudam Direito ou Administração de Empresas, são católicos "de formação" ("da igreja de Cristo, não na de Marx") e pretendem administrar as fazendas dos pais depois de formados.

Reunidos na secretaria do Centrão, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados, o alto comando da UDR Jovem atacou deputados como Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que "vota contra a classe", anunciaram o respeito por Roberto Freire (PCB-BA) e José Genoino (PT-SP), que "são autênticos pelo menos".

Gracinha (Maria da Graça Carvalho), 28, diretora da UDR de Feira de Santana (BA), explicou a esperança do grupo: "derrubar a função social" no projeto de reforma agrária para a nova Carta. "O buraco negro não nos interessa, apenas adia a luta para a legislação ordinária", continua Gracinha, articulada e expressiva. Tendo morado na Suíça e Inglaterra, ela contou que no primeiro dia de aula na escola inglesa, aos 14 anos, provocou consternação ao dizer que a única fonte de renda do país era a pecuária. "Tinha várias colegas cujas famílias ficaram na miséria com a reforma agrária em seus países, e tiveram que começar tudo de novo", contou.

Outra "agrogirl", Carla Maria da Paula Couto, 20, trancou sua matrícula no curso de Direito em Presidente Prudente para fazer o lobby da UDR em Brasília. Católica praticante, condena o aborto e o sexo antes do casamento, e, como os outros, faz questão de dizer que tem uma vida igual a todos de sua idade. "Eu sou normal", brincou, parodiando um bordão de programa humorístico da TV. Seu gosto musical é o gosto declarado do grupo: Supertramp, U2, Dire Straits, Heróis da Resistência e Lulu Santos. Na música sertaneja, ela se lembra de

Sérgio Reis e Chitãozinho e Xororó, também aclamado por todos na roda.

Cabeças de gado

A educação política dos "agroboys" teve lugar na faculdade, embora não se lembrem dos autores que fizeram suas cabeças. Daniel Luizari Neto, 24, duas fazendas de gado em Teodoro Sampaio (SP), estuda Direito, também o curso frequentado por Leonardo Lobato, 20, 1.400 cabeças de búfalo e gado comum no Pará. Lobato tem uma tese particular sobre a reforma agrária: "É um meio de o PMDB, da esquerda, continuar no poder". A UDR Jovem, em sua visão, é um estágio de formação política dos capitalistas de amanhã.

Margaret Thatcher, primeira-ministra inglesa, e Jaques Chirac da França, são seus líderes mundiais preferidos. "Gorbatchev é o nosso braço avançado", ironizou Angelo Gregolin Jr., 20, referindo-se à valorização de elementos da economia de mercado pelo secretário-geral do PCUS. Não quiseram falar de possíveis "gurus" nacionais, à parte a unanimidade do presidente nacional da entidade, Ronaldo Caiado ("não é um líder nacional, é internacional", aclamaram).

Os líderes do PMDB, dos partidos de esquerda e do Centrão contabilizavam ontem à noite os votos para a votação da reforma agrária. O centro da discussão se deslocou do conteúdo do capítulo da reforma agrária para o mecanismo de votação do texto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Até ontem não havia qualquer acordo sobre a desapropriação de grandes propriedades rurais produtivas. O Centrão que impedir que haja desapropriação enquanto o PMDB é favorável que isto ocorra caso não haja cumprimento da "função social". Se não for aprovado o texto do relator ou qualquer das emendas apresentadas, a reforma agrária fica excluída da Constituição, permanecendo em vigor o Estatuto da Terra.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), afirmou que o Centrão somente votará a favor da proposta do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) se obtiver a garantia do líder do PMDB, senador Mário Covas (PMDB-SP), de que os peemedebistas aprovarão o requerimento de destaque para votação em separado (DVS) apresentado pelo Centrão para excluir do texto a possibilidade de desapropriação de propriedades produtivas que não atendam à "função social", conforme determinar a lei ordinária.

Covas e os partidos de esquerda contestaram a utilização do DVS, argumentando que este mecanismo não estava previsto no regimento interno nos casos de "buraco negro". No caso de utilização do DVS o grupo de Covas necessitaria obter pelo menos 280 votos para a manutenção da desapropriação de terras produtivas. O destaque simples, que o senador paulista considera a única possibilidade regimental, implicará na necessidade do Centrão conseguir os 280 votos para derrubar a regulamentação da "função social".

A decisão está nas mãos do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães. No PMDB, porém, existe a impressão de que Ulysses acatará o DVS. Diante deste quadro, Covas contabilizava, ontem à noite, em seu gabinete, o número de votos com os quais poderia contar. Ele lembrava que um texto redigido na última quinta-feira, muito semelhante ao de Cabral, conseguiu o apoio de dez dos doze partidos (as exceções foram o PFL e o PL), o que poderia permitir a repetição da maioria hoje. Neste caso, o grupo de Covas e a esquerda poderão rejeitar o pedido de DVS e manter o texto de Cabral.

Covas demonstrava pouca preocupação quanto ao anúncio feito por representantes do Centrão sobre a retirada de assinaturas da emenda apresentada pelo PMDB, bastante semelhante à do relator. "Só recebi a comunicação do deputado Dionísio Dal Prá (PFL-PR)", disse o líder do PMDB, descartando a hipótese de sua emenda vir a ser impugnada por falta de assinaturas. Em poder de dirigentes do Centrão, estavam cartas do mesmo teor dos deputados Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Ricardo Izar (PFL-SP) e do senador Albano Franco (PMDB-SE). As desistências, porém, teriam que passar de 45 para ser levantada a possibilidade de impugnação.

Divergências

Possibilidade de desapropriação de terra produtiva

Centrão - É contra. Admite sanções ao proprietário que não cumpra a "função social".

PMDB e esquerdas - Favoráveis, desde que a propriedade não cumpra os requisitos da "função social".

Mecanismo de votação

Centrão - Quer o destaque para votação em separado (DVS). Neste caso, o PMDB e as esquerdas precisariam de 280 votos para manter a possibilidade de desapropriação.